



ENERGIA SOLAR

Sistema defendido pelo senador Wilder será adotado por Marconi

CONTROLE NOS GASTOS

Estadão dedica editorial à austeridade implantada pelo Governo de Goiás



CERRADO



Goiânia, TERÇA-FEIRA, 13 de dezembro de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

RENATO DIAS



NÃO OS SEM- GRAVATA

Um escritor vai à Grécia, diagnostica a crise e descobre qual é a do Syriza e da Troika

RENATO DIAS

Uma Grécia sem os deuses do Olimpo



SINÉSIO DIOLIVEIRA

“Não – Os Sem-Gravata – Um escritor vai à Grécia, diagnostica a crise e descobre qual é a do Syriza e da Troika.” Este é nome do título no novo livro do jornalista e sociólogo Renato Dias, lançado nesta terça-feira, 8, no hall de entrada da Assembleia Legislativa. Dias, cujo visual fisionômico do momento lembra um pouco o rosto de Leon Trótski, foi à Grécia para escrever o respectivo livro, para o qual o autor apresenta a seguinte justificativa: “Depois da experiência em Cuba, cujo resultado foi a publicação do livro, em 2015, ‘Pequenas Histórias – Cuba, hoje – Uma revolução envelhecida ou a reinvenção do socialismo’, resolvi embarcar em nova viagem para entender o novo furacão (primeiro-ministro da Grécia, Alexis Tsipras) que aterrorizava tanto Angela Merkel, chanceler da Alemanha, quanto o socialista Francois Hollande”.

A observação da característica “trotskista” de Dias foi feita por um jornalista que aguardava na fila o momento de ter o seu livro autografado. Na verdade, ele estava com quatro livros: três, conforme ele disse ao Cerrado, seriam dados de presente a amigos. Além de “Não – Sem-Gratas...”, há também, na bagagem literária de Dias, “Luta Armada/ALN – Molipo – As Quatro Mortes de Maria Augusta Thomaz (2012); História – Para Além do Jornal – Um repórter exuma esqueleto os da ditadura civil e militar (2013); Pequenas Histórias – Cuba, hoje – Uma revolução envelhecida ou a reinvenção do socialismo (2015) e O menino que a ditadura matou – VAR-Palmare, desaparecimento e o desespero de uma mãe (2015).

Renato Dias não fala grego, por isso teve de recorrer a uma tradutora ao visitar o país de Homero, Hesíodo, Safo, Píndaro e outros poetas do período clássico. O que o jornalista constatou por lá, e junto a isso inúmeras entrevistas com pessoas de mais variadas classes, mostra que aquela Grécia protegida pelos deuses do Olimpo é tão-somente uma coisa mitológica. A crise econômica por lá é enorme.



FOTOS: REPRODUÇÃO

Um engenheiro civil para tirar o País do ‘inferno’

O povo grego pensou que a consolidação do engenheiro civil Alexis Tsipras como primeiro-ministro da Grécia tiraria o País do Hades (termo que, em grego, significa inferno, no caso econômico). Consta no livro de Dias que o primeiro-ministro se diz “ateu confesso” e que é fã do médico argentino Ernesto Guevara de La Serna e de Fidel Castro (ambos a essa hora certamente tentando fazer revolução no lugar para onde foram ou certamente conversando sobre o porquê de Guevara ter sido abandonado nas serras bolivianas (onde veio a morrer assassinado) pelo ex-companheiro da Sierra Maestra). Segundo a obra, Tsipras, que é líder do Syriza (Coligação da Esquerda Radical) nem quando falou com o papa Francisco em 2014 usou gravata.

Tsipras não é Zeus, o deus maior do Olimpo. A proposta

do Syriza para consertar a Grécia é complexa, pois envolve “aumento dos impostos para contribuintes mais ricos, o adiamento ou anulação dos pagamentos da dívida com a Troika (Comissão Europeia, FMI e Banco Central Europeu), corte nos gastos da defesa e um aumento do salário mínimo e das pensões atingidos pela austeridade”.

Fundador do Syriza em 2004 (coligação que envolve a união de 13 agremiações políticas) Tsipras não tem conseguido realizar o que prometeu. O historiador Daniel Aarão Reis, que é doutor da Universidade Federal Fluminense e citado na obra, ressalta que mesmo a Grécia, “embora aplicando há cinco anos as ‘receitas’ da Troika, continua apresentando o maior índice de desemprego do continente – cerca de 25% da população”.

Crise é atribuída a juros altos e gastos militares

Segundo Dias, os intelectuais atribuem a crise grega “ao pagamento de taxas de juro elevadas aos credores, gastos militares excessivos, perda de receita fiscal devido à fuga de capitais, à capitalização dos bancos e aos desequilíbrios internacionais”. Alegam que entrada no país na Zona do Euro elevou ainda mais a dívida privada na Grécia.

O cientista político grego Antoniou Nikos relata no livro que não é pessimista, mas realista. Segundo ele, a crise atingiu todos os setores da economia: primário, secundário e terciário, grande parte das lojas baixou as portas, até o setor de turismo foi atingido. Nikos fala do seu desapontamento: “O Syriza não cumpriu o que prometeu. Mas os trabalhadores estão nas ruas, não são mais passivos”. Já o aposenta-

do Dionidio Papadupoulos, 82, observa, resignadamente, que os cortes advindos dos planos de austeridade abocanharam 35% de sua aposentadoria. Ele, sutilmente, mostra incredulidade na viabilização da bonança prometida por Tsipras: “As propostas do Syriza (coligação da esquerda radical) são boas, mas não podem ser aplicadas”.

Além do historiador Daniel Aarão Reis Filho, no livro há também entrevistas com João Machado, Gilberto Maringoni, Mauro Iasi, Bruno Fleury, Silvio Costa e Boaventura de Souza Santos. Todos tecendo seus comentários sobre a crise grega. O livro, que contém 400 páginas, é rico em fotografias de flagrantes mais diversos, cuja autoria é de Juliana Dias, filho de autor, que acompanhou o pai na visita à terra de Homero.

CERRADO

Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília

Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia

Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor

Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem

Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos,
João Carvalho, Wandell Seixas e
Rafaela Feijó

Capa

Saíra-amarela (macho)
e pitanga vermelha

SUSTENTABILIDADE

Energia solar defendida pelo senador Wilder será adotada por Marconi em Goiás

JOÃO CARVALHO

Uma das principais bandeiras do senador Wilder Moraes, de uso de fontes alternativas para geração de energia elétrica, vai se transformar em realidade em Goiás. Na terça-feira, 6, o governador Marconi Perillo se reuniu com o vice-presidente do Grupo de Energia Solar da Kyocera International, Hitoshi Atari e a diretoria da Celg GT para tratar da construção de uma usina solar em Goiás. A ideia é que a indústria seja instalada no município de Morrinhos.

Segundo o senador Wilder, o Brasil tem um dos maiores potenciais eólico e solar para serem explorados na produção de energia, mas infelizmente o País fez, ao longo dos anos, opção pelo sistema mais caro economicamente e prejudicial ambientalmente falando, que é a geração de energia através das hidrelétricas.

"Hoje o Brasil parece perceber que há outras possibilidades para gerar energia a custo menor e com mais eficiência, sem gerar impactos ambientais importantes", disse o senador, que tem apresentado projetos no Senado para estimular o uso de estruturas para produção de energia eólica e solar.

Segundo o vice-presidente da Celg GT, Bráulio Moraes, estão sendo estabelecidas parcerias no sentido de viabilizar a construção dessas usinas no território goiano. Já está em fase adiantada a implementação da primeira delas que, provavelmente, será no município de Morrinhos, no Sul do Estado.

Segundo informações do Governo, Goiás foi um dos primeiros Estados a isentar de ICMS a produção e o consumo de energia de origem solar para

micro e miniprodutores e consumidores. A miniprodução é para hospitais, shoppings, empresas, e a micro é basicamente para residências. O decreto regulamentando a isenção já está em vigor e isso tem atraído investidores para o Estado, como é o caso da Kyocera.

De acordo com Wilder, o governador Marconi Perillo acerta ao definir ações que estimulem a vinda de empresas com o objetivo de produzir energia no Estado. "Não temos outro caminho. Na verdade, o Brasil, apesar de todo o seu potencial, está atrasado e agora corre para melhorar a sua eficiência na geração de energia", defendeu Wilder.

Um dos projetos de Wilder diz respeito a obrigatoriedade de que projetos de novas edificações de propriedade da União devem usar sistemas de aquecimento de água e condicionamento de ar que se utilizam de fontes renováveis.

Conforme o Projeto de Lei 168, de 2013, a União deverá adotar tal sistema para o atendimento de, no mínimo, 50% das necessidades energéticas para a produção de calor e de frio. Wilder cita exemplos que podem ser utilizados pelo governo federal: biomassa sólida, líquida ou gasosa, radiação solar, energia geotérmica e vento.

Outra proposta de modificação da legislação realizada por Wilder Moraes diz respeito ao que estipula a Lei nº 9.991/2000. A norma já prevê a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética. O projeto de Wilder esclarece e racionaliza a lei, além de tornar efetivo o investimento nestas novas modalidades energéticas. Em último caso, retira do papel a proposta e efetiva tais investimentos.



Wilder diz que hoje o Brasil parece perceber que há outras possibilidades de gerar energia a custo menor e com mais eficiência e sem impactos ambientais: Goiás na frente com mais uma modernidade

O senador das fontes renováveis

O senador Wilder Moraes apresentou quatro projetos no Senado que incentivam a adoção de novas fontes renováveis, como o aproveitamento da luz solar e do vento para a geração de energia elétrica. "Hoje, o que temos, além da burocracia desnecessária, são impostos abusivos que impedem aqueles que querem investir no Brasil", diz ele.

Um dos projetos reduz impostos sobre a importação de materiais e sistemas utilizados na conversão da energia solar em energia elétrica por

meio de painéis fotovoltaicos. Segundo o senador, o projeto vai revolucionar a geração de energia elétrica utilizando a luz solar, que é algo abundante no país.

Outro projeto de Wilder vai obrigar a instalação de equipamentos destinados à geração de energia elétrica com a luz do sol nas moradias do programa "Minha Casa, Minha Vida", sem custos para os beneficiários. Além de diminuir gastos com energia energia, os moradores terão ainda a possibilidade de injetar

a energia que sobrar na rede elétrica das concessionárias e receber dinheiro por isso.

Para aumentar o número de empresas que se interessam em desenvolver projetos de sistemas de geração de energia limpa, Wilder apresentou projeto de lei que reduz impostos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares.

Para o agronegócio, Wilder tem o projeto de lei PLS 382/2014, que incentiva a pesquisa para o desenvolvimento de equipamentos de irrigação alimentados por energia solar.

AUSTERIDADE

Editorial do *Estadão* diz que reforma de Marconi 'aponta aos demais governos estaduais o caminho a ser seguido'

O Programa de Austeridade pelo Crescimento do Estado de Goiás apresentado pelo governador Marconi Perillo é o caminho a ser seguido pelos demais governos estaduais, afirma o editorial da edição deste domingo do jornal paulista *O Estado de S. Paulo*. "Com a proposição de severas medidas de austeridade fiscal apenas um dia depois de for-

malizado, com o governo federal, o acordo para a repartição com os Estados da multa decorrente da repatriação de ativos mantidos no exterior por investidores, o governo de Goiás aponta aos demais governos estaduais o caminho a ser seguido para se alcançar o equilíbrio das contas públicas em todos os níveis", afirma o texto.

O jornal aponta que o plano apresentado por Marconi "inclui a imposição de teto para os gastos, como fez o governo federal; o aumento da contribuição previdenciária dos servidores, de 13,25% para 14,25%; e a redução de 20% dos cargos em comissão e de 30% da ajuda de custo, das horas extras e das gratificações".



ASSESSORIA/GOV.GO

PARA VOLTAR O CRESCIMENTO

Senador Wilder é escolhido para integrar Comissão Mista de Desburocratização

JOÃO CARVALHO

Com o objetivo de avaliar processos, procedimentos e rotinas realizados por órgãos e entidades da administração pública federal, bem como as respectivas estruturas organizacionais, a Comissão Mista de Desburocratização será instalada nesta terça-feira, 13, e dela faz parte o senador Wilder Morais, que considera que a burocracia é o maior obstáculo para o crescimento econômico e para a expansão dos negócios no Brasil.

A Comissão de Desburocratização terá como presidente o deputado Julio Lopes e o senador Antonio Anastasia como relator. Segundo Wilder, o Senado, por intermédio dessa comissão, fará a sua parte avaliando o cenário atual da burocracia no País e os seus impactos para a economia. "Mas de antemão antecipo que a burocracia implica sempre em perdas para os cidadãos e empresários, na medida em que os custos, manifestados nos excessivos processos

de controles e exigências, reduzem os benefícios dos bens e serviços oferecidos", avalia Wilder Morais.

De acordo com ato conjunto dos presidentes da Câmara e do Senado, os processos e as estruturas administrativas que serão examinados pela comissão constarão de plano de trabalho previamente aprovado pelo colegiado. O texto também prevê a abertura do prazo de 30 dias para recebimento de sugestões da sociedade civil destinadas à composição desse plano de trabalho, contados a partir da instalação formal da comissão.

Poderão fazer parte do plano de trabalho, entre outros temas, a composição e qualificação dos quadros de pessoal, a estrutura de órgãos integrantes da administração pública e as licitações públicas. O relatório final da comissão constará proposições destinadas à alteração do ordenamento jurídico vigente, recomendações e proposta de fiscalização e controle. O prazo de duração dos trabalhos da comissão será definido

em cronograma aprovado pelo colegiado após a definição do plano de trabalho.

Segundo Wilder, o trabalho da comissão está focado em órgãos públicos, mas ele avalia que os efeitos da burocracia atingem o setor privado. "Isso, a burocracia, prejudica a economia como um todo e tem impacto tanto na eficiência do setor privado como na qualidade do trabalho das instituições públicas", comenta Wilder, para lembrar que a elevada burocracia prejudica a efetividade do governo, o controle da corrupção e a qualidade da estrutura regulatória, prejudicando o desenvolvimento da economia como um todo.

Finalmente, Wilder lembra que países desenvolvidos já resolveram essa questão há anos. No entanto, os países com maiores níveis de burocracia tendem a apresentar menor atratividade dos investimentos produtivos, PIB per capita, nível de escolaridade e maior tamanho da economia informal, prejudicando a competitividade.



Wilder explica que o Senado, por intermédio dessa comissão, fará sua parte ao avaliar o cenário atual da burocracia no País e os seus impactos para a economia

SENADOR NA MÍDIA



WILDER APRESENTA PROJETO QUE PERMITE QUE QUALQUER POLICIAL LAVRE TCO

Capa » NOTÍCIAS » Wilder apresenta projeto que permite que qualquer policial lavre TCO



Hoje, apenas delegados estão habilitados legalmente a lavrar TCOs

O senador Wilder Morais (PP) apresentou projeto de lei que autoriza qualquer policial a lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). Hoje, apenas delegados estão habilitados legalmente a lavrar TCOs, o que acaba por sobrecarregar delegacias com crimes de menor potencial ofensivo.

A mudança proposta por Wilder Morais atinge a Lei 9.099/1995. De acordo com o projeto do senador, após a lavratura do TCO, o policial deve encaminhá-lo imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima.

Conforme explica o senador Wilder Morais, há muitos crimes de constatação imediata e de fácil esclarecimento, que dispensam a formalização de inquérito policial para o oferecimento de denúncia, sendo essa a realidade diária de policiais na sua atuação.

Wilder, no seu projeto, ainda explica que apesar da doutrina e da jurisprudência indicarem que qualquer policial seria competente para lavrar um TCO, a controvérsia reside no fato de que a expressão "autoridade policial", que consta no art. 69 da Lei número 9.099, de 1995, é utilizada de forma distinta em outros dispositivos legais.

Lembra que no Código de Processo Penal, por exemplo, prevalece o entendimento de que a expressão "autoridade policial" corresponde à figura do delegado de polícia, excluindo integrantes de outras forças de segurança.

Já de acordo com a Lei 9.099/1995, apesar de a expressão utilizada ser a mesma, prepondera o entendimento de que sua aceção é ampla, de forma a abranger não apenas o delegado de polícia, mas também os demais agentes públicos investidos em função policial.

Entre os principais motivos para o entendimento diverso, destacam-se os princípios da oralidade, da informalidade e da celeridade, que regem o procedimento nos Juizados especiais.

"Com o objetivo de encerrar essa controvérsia, apresentamos este projeto de lei, que altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, para esclarecer que qualquer policial pode lavrar o TCO", defende Wilder no seu projeto.

Além disso, o projeto também evitará que o policial militar ou rodoviário federal seja obrigado a conduzir os envolvidos até a delegacia de polícia mais próxima - que pode estar a dezenas de quilômetros de distância - e desperdiçar horas de trabalho aguardando o atendimento pelo delegado de polícia.



Trabalhador com câncer pode ter 12 meses de estabilidade após se tratar

por Redação | 9 de dezembro de 2016 in Legislação, Notícias - 0 Comentários

Os trabalhadores que retornarem ao serviço após o tratamento de câncer terão direito a estabilidade no emprego por 12 meses. É o que estabelece o Projeto de Lei no Senado nº 166/2016, aprovado no Senado Federal nesta quarta-feira (7) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por 63 votos a favor e 8 contra.

Segundo o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que é médico, o benefício já existe nos casos de acidente de trabalho e muitas vezes o Judiciário assegura o direito para quem retorna ao serviço após uma doença grave. Para o senador Wilder Morais (PP-GO), que relatou a matéria, a estabilidade no emprego trará mais segurança para o trabalhador lutar contra a doença.

"A jurisprudência e as decisões judiciais têm procurado proteger os empregos daqueles que são acometidos de doenças graves. Muitas dessas doenças causam estigmas, deformações, mutilações, deficiências ou outras sequelas. Nessas circunstâncias, o empregado não pode ser simplesmente esquecido pelo legislador e pela justiça", diz o texto da proposta, que descreve ainda que "é fundamental que o trabalhador, que sofre com essa doença, não precise enfrentar, ao mesmo tempo, as inseguranças do desemprego. Sabemos que o equilíbrio emocional do paciente produz efeitos positivos no tratamento. A estabilidade no emprego, ainda que provisória, garante, por outro lado, que a família possa enfrentar unida o processo de cura e o momento de insegurança".